



Cadernos NAUI

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Dossiê: Patrimônios (in)visíveis, colonialidade(s) em escuta

V10 | n 18 | jan-jun 2021

As Fortalezas de Anhatomirim, Ratones e Ponta Grossa: ensino de história, patrimônio cultural e decolonialidade

Elison Antonio Paim e Pedro Mülbersted Pereira



Edição eletrônica

URL: [NAUI – Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural \(ufsc.br\)](http://nauui.ufsc.br)

ISSN: 2558 - 2448

Organização

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC

Referência Bibliográfica

PAIM, Elison Antonio; PEREIRA, Pedro Mülbersted. As Fortalezas de Anhatomirim, Ratones e Ponta Grossa: ensino de história, patrimônio cultural e decolonialidade. Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 10, n. 18, p. 35-49, jan-jun 2021. Semestral.

© NAUI

As Fortalezas de Anhatomirim, Ratonos e Ponta Grossa: ensino de história, patrimônio cultural e decolonialidade

Pedro Mülbersted Pereira ¹

Elison Antonio Paim ²

Resumo

O presente artigo aborda a relação entre ensino de história e patrimônio cultural nas práticas educativas elaboradas para as fortalezas de Anhatomirim, Ratonos e Ponta Grossa, pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), instituição tutora destas fortalezas desde 1979, 1990 e 1991, respectivamente. O artigo tem como objetivo analisar o Programa de Turismo Educativo desenvolvido por esta universidade no contexto do Projeto *Fortalezas da Ilha de Santa Catarina: 250 anos de História Brasileira* (1989-1991); identificar as continuidades e as mudanças nestas práticas propostas desde a década de 1970 até hoje, por meio de documentos produzidos pela Universidade, a página da Coordenadoria das Fortalezas da Ilha de Santa Catarina e narrativas orais transcritas no CD-ROM *Fortalezas Multimídia*; problematizar as concepções de história e patrimônio identificadas nestas propostas; e, a partir da perspectiva decolonial, apontar possibilidades outras de elas virem a ser espaços de diálogo plural e intercultural.

Palavras-chave: decolonialidade, ensino de história, patrimônio cultural.

Abstract

This article discusses the relationship between teaching history and cultural heritage in the educational practices developed for the fortresses of Anhatomirim, Ratonos and Ponta Grossa by the Federal University of Santa Catarina (UFSC), that has assumed the role of tutoring these cultural assets, since 1979, 1990 and 1991, respectively. This article aims to analyze the

¹ Doutorando e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina. Graduado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. pedro.mulbersted@gmail.com.

² Pós doutor em Ensino de História de África pelo Instituto Superior de Ciências da Educação –ISCED –Huíla – Angola. Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Graduado em História pela Universidade Federal de Santa Maria. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE e do Mestrado Profissional em Ensino de História – Prof. História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). elison0406@gmail.com.

Educational Tourism Program developed by this University during the project *Fortalezas da Ilha de Santa Catarina: 250 anos de História Brasileira* (1989-1991); to identify and analyze the continuities and discontinuities in these proposed practices from the 1970s until today, through documents produced by the University, the page of the Coordination of the Fortresses of Santa Catarina Island, and oral narratives transcribed on the CD-ROM *Fortalezas Multimídia*; to problematize the conceptions of history and heritage identified in these proposals; and to point out possibilities for these fortresses to be a space for plural and intercultural dialogue from a decolonial perspective.

Keywords: decoloniality, history teaching, cultural heritage.

O processo de patrimonialização das fortalezas de Anhatomirim, Ratonos e Ponta Grossa

O presente artigo se insere no contexto da pesquisa de doutorado *O processo de patrimonialização das fortalezas de Anhatomirim, Ratonos e Ponta Grossa: cultura e barbárie* (em andamento), que dá continuidade à pesquisa de mestrado intitulada *O processo de patrimonialização da fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim: discursos, restauro, usos (1970-1992)* (2014-2016), ambas desenvolvidas no Programa de Pós-graduação em Educação da UFSC.

As fortalezas de Santa Cruz de Anhatomirim, Santo Antônio de Ratonos e São José da Ponta Grossa foram tombadas em 1938 pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan, atual Iphan) como patrimônio histórico e nacional: pelo fato de serem construções militares de pedra e cal, erguidas pelos portugueses em meados do século XVIII, no contexto das disputas entre Portugal e Espanha pelo sul da América do Sul, e por se inscreverem em eventos políticos e militares da História do Brasil, como a invasão espanhola, em 1777, e a Revolução Federalista, em 1894.

Na década de 1970, ocorreram as primeiras intervenções na Fortaleza de Anhatomirim, a partir da “redescoberta das fortificações catarinenses” pelo Iphan (TONERA, 2005, p. 5). As obras ganharam impulso quando a Marinha, o Iphan e a UFSC firmaram entre si um convênio, assinado em novembro de 1979, pelo qual a universidade assumiu a tutela da Fortaleza de Anhatomirim. Dez anos depois, a UFSC assumiu também a Fortaleza de Ratonos (1990) e a Fortaleza da Ponta Grossa (1991), com o Projeto *Fortalezas da Ilha de Santa Catarina: 250 anos de História Brasileira*.

O processo de patrimonialização das fortalezas catarinenses é atravessado pelas transformações no campo do patrimônio no Brasil. Andréa Delgado (2008) lista quatro fases ou configurações do campo do patrimônio no Brasil, como também Maria Cecília Londres Fonseca (2009) e outros pesquisadores deste campo reconhecem uma sucessão de concepções, conceitos e práticas no interior dessa instituição. A primeira fase, de 1937 até 1968 – a chamada “fase heroica”, coincide com o período de fundação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) e com a direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade. A segunda configuração, de 1969 a 1979, tem como destaque a mudança nas práticas discursivas do órgão, sobretudo quanto à preservação dos monumentos; é neste contexto, também, que outras concepções de patrimônio passam a figurar, sobretudo a partir das experiências do Centro Nacional de Referências Culturais (CNRC), coordenado por Aloísio Magalhães, valorizando a diversidade cultural do País. Em 1979, ocorre a fusão entre o Sphan e a recém-criada Fundação Nacional Pró-Memória, dando origem à Sphan-FNPM; com isso, não apenas o conceito de patrimônio é ampliado, como também novas práticas são adotadas para preservar a diversidade de bens culturais agora sob a responsabilidade da instituição. A concepção de *patrimônio cultural* em pauta nesse período foi consolidada através da Constituição Federal de 1988. Com o Decreto 3.551/2000, que institui o registro de bens culturais de natureza imaterial, temos presente a constituição do patrimônio *intangível* ou *imaterial*, trazendo outros desafios ao campo do patrimônio no Brasil quanto à preservação de um novo conjunto de bens, como também à gestão dos bens já consagrados.

A UFSC assumiu estas fortalezas com o objetivo de restaurá-las e de dar uso a esses espaços. Os usos propostos procuravam conciliar a preservação do patrimônio à pesquisa científica (instalar um centro de pesquisa de biologia marinha nas fortalezas de Anhatomirim e Ratoles e desenvolver pesquisas arqueológicas na Fortaleza da Ponta Grossa), bem como à cultura e ao turismo – que se encontravam no Programa de Turismo Educativo, elaborado por técnicos desta universidade a partir da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão (PRCE) à época.

O presente texto concentra-se na análise deste programa de Turismo Educativo. Identificamos e problematizamos as concepções de patrimônio, história e educação mobilizadas nesse programa, na relação com as configurações do campo do patrimônio no Brasil nas décadas de 1970 e 1980 e início de 1990. Embora o Programa de Turismo Educativo não tenha sido plenamente implementado, na década de 1990, podemos estabelecer uma relação entre os projetos, ações e atividades previstas nesse programa com as ações que vêm sendo desenvolvidas pela UFSC hoje, e, assim, analisar as continuidades das práticas da universidade

para com as fortalezas. Por fim, a partir da perspectiva decolonial, apontamos possibilidades de estas fortalezas se tornarem espaços de diálogo plural e intercultural.

Turismo Educativo

O Projeto *Fortalezas da Ilha de Santa Catarina: 250 anos de História Brasileira* (1989-1991) teve início a partir da interlocução entre o reitor Bruno Schlemper Jr. (1988-1992) e Armando Gonzaga, então presidente da Associação Comercial e Industrial da Grande Florianópolis (ACIF), que “solicitou que a Universidade, a exemplo do que fizeram com a fortaleza de Santa Cruz, Ilha de Anhatomirim, assumisse também a fortaleza de Santo Antônio, Ilha de Ratonos”. O projeto foi construído a partir de “encontros e reuniões com entidades locais e imprensa” coordenados pela Pró-Reitoria de Cultura e Extensão (PRCE) e pelo Departamento de Apoio à Extensão (DAEx) da UFSC. O projeto foi enviado para diferentes entidades, como a Fundação Roberto Marinho e a Fundação Banco do Brasil – com esta última foi firmado um convênio de cooperação financeira em outubro de 1989, com duração de 24 meses a partir daquela data, com o objetivo de estabelecer um vínculo de cooperação financeira entre a FBB e a UFSC, a fim de garantir os recursos necessários para execução do projeto, aproximadamente um milhão de dólares, à época.

A página da Coordenadoria das Fortalezas da Ilha de Santa Catarina (CFISC), setor da UFSC responsável pelo gerenciamento das fortalezas, hoje, informa que além da restauração completa das fortalezas de Anhatomirim, Ratonos e Ponta Grossa, o projeto *Fortalezas da Ilha de Santa Catarina: 250 anos de História Brasileira* também produziu “vídeos, pôsteres, álbuns fotográficos, maquetes, exposições diversas e publicação de vários livros” com o objetivo de “divulgar este patrimônio histórico agora restaurado e atrair visitantes da localidade e turistas”, permitindo, assim, “a criação de um excelente aparato turístico para a Grande Florianópolis”, ganho que se mantém até os dias atuais.

O Projeto *Fortalezas* previa “viabilizar uma infra-estrutura turística-educativa” na Fortaleza de Anhatomirim para que “a comunidade possa dela usufruir num contexto didático-pedagógico”; neste sentido, o Convênio nº 760/002/90 assinado entre a UFSC e a Marinha atualizava os termos do Convênio de 1979, pelo qual a universidade propunha “utilizar a ilha de Anhatomirim como seu acervo histórico, para fins didáticos e de turismo educativo”. Com este projeto, a proposta foi estendida para a Fortaleza de Ratonos e para a Fortaleza da Ponta Grossa.

Para atender à proposta, foi criado o Programa de Turismo Educativo, elaborado por Gilka Reinert Ribas e Vicente Volnei de Bona Sartor, integrantes da Divisão de Turismo Educativo, vinculada ao Departamento de Auxílio à Extensão (DAEx) e à PRCE, sob a coordenação de Maria de Lourdes de Souza durante a gestão do reitor Bruno Schlemper Jr. (1988-1992). O programa funcionava como “mecanismo institucional para favorecer maior aproximação da UFSC com a sociedade e realizava atividades de visitação orientada no Campus Universitário e nas fortalezas”; a universidade recepcionava grupos de escolares e associações, oferecendo um “programa de visitação às instalações da UFSC e do patrimônio cultural das fortalezas”.

A Divisão de Turismo Educativo era responsável, também, por uma gama de ações da universidade que procuravam conciliar as dimensões turística e educativa das fortalezas assumidas pela universidade.

O curso “Guia de Turismo para a Ilha de Anhatomirim” foi uma dessas ações. Trata-se de formação de guias de turismo oferecida para estudantes da própria universidade para atuarem nas fortalezas. Estes guias recebiam “aulas de enfermagem (primeiros socorros), arquitetura e história” e eram encarregados de “orientar e instruir o turista sobre os mistérios e a beleza de Anhatomirim”.

A proposta de treinar estudantes universitários como guias nas fortalezas já era pensada em 1979, quando a UFSC assumiu a Fortaleza de Anhatomirim. O então reitor Caspar Erich Stemmer previa que a fortaleza fosse “visitada por milhares de turistas”, que seriam “acompanhados e orientados por guias treinados”, o que, na sua visão, seria “uma tarefa interessante para os nossos estudantes de história, geografia ou letras”. A sua proposta seria uma via de mão dupla: os guias/estudantes teriam a oportunidade de “ampliarem sua cultura no contato com o turista” e “ter uma boa fonte de renda”; e os turistas levariam “não só uma imagem de beleza natural da costa catarinense, mas também uma imagem da história e da cultura de nosso povo”, e saberiam “contar muito, de cada prédio, de cada fortaleza, de cada pedra, de cada árvore desta ilha”.

A Divisão de Turismo Educativo era responsável também pela realização da Abertura de Temporada de Verão em Anhatomirim, pela produção de pôsteres, livros, fitas VHS; lista-se também a realização de “seminários, exposições, concursos fotográficos, participação em televisão” como ações para “manter a comunidade acadêmica e a sociedade informadas sobre o projeto”. Além delas, “inúmeras escolas públicas e particulares de Santa Catarina e outros Estados, entidades privadas, associações, sindicatos, federações, clubes, fundações,

universidades” estariam interessados em usufruir das fortalezas em um “contexto didático-pedagógico”.

A Divisão de Turismo Educativo produziu a proposta “Educação e gerenciamento da Fortaleza no Sítio Histórico de São José da Ponta Grossa” (1991), documento que era, nas palavras de Roberto Toner, o esboço de um planejamento para as fortalezas com o término do projeto *Fortalezas da Ilha de Santa Catarina: 250 anos de História Brasileira*, a “manifestação de uma proposta geral de como as fortalezas deveriam funcionar”. Essa proposta reunia uma série de práticas educativas com o patrimônio e tinha como objeto principal a Fortaleza de São José da Ponta Grossa. O documento apresenta um plano estratégico, com programas regulares e programas especiais.

Os programas regulares aconteceriam durante a temporada de verão (dezembro a março) e contava com atividades como teatro aberto, “apresentação de uma peça teatral referente ao século XVIII”, “de janeiro a março em dias e horas previamente divulgados na comunidade”; exposição museológica de “artefatos e achados arqueológicos da fortaleza que relembram a ocupação militar e civil ao longo da história daquele bem”, de “indumentária do século XVIII”, e “objetos de valor referentes à ocupação da Fortaleza”, e ainda “Fotos do processo de restauração das fortalezas, fotos artísticas e ou fotos-documentos das fortalezas” e “maquetes das fortalezas” – ainda nesta linha, seriam realizadas escavações arqueológicas que o público poderia acompanhar “durante as quatro semanas de Temporada de Verão”; atividades de interpretação militar; da cozinha do século XVIII: “interpretação da alimentação militar dos soldados portugueses e oficiais e os intérpretes darão informações sobre a rotina do forte” e da vida no quartel do século XVIII: “interpretação das condições de vida dos soldados portugueses e suas famílias”, com “vestuário, atividades sociais e condições gerais na fortaleza”; atividades de demonstração militares do século XVIII para as crianças, com uso de canhão e mosquetes, com o “uso de indumentária e figurinos e a prática simbólica das armas de imitação”; e uma *viagem noturna no século XVIII*, um “tour pela fortaleza, iluminada por lampiões, onde, em cada edificação, apresentar-se-ão múltiplas leituras da vida no forte no século XVIII”. Enquanto isso, “um soldado português” estaria “em serviço discutindo as atividades diárias de sua guarnição” e serviria de “contato histórico com o visitante”. Os visitantes seriam recepcionados e orientados por “guias previamente treinados para orientar, divulgar ou acompanhar na fortaleza”.

Os programas especiais consistiam na Abertura da Temporada de Verão, com “diversas atividades artístico-culturais”; mostras artísticas, com o intuito de transformar as fortalezas em

um “espaço cultural para exposição de obras artísticas móveis”, viabilizando a “veiculação das obras artísticas e seus respectivos autores (telas, rendas, rural cerâmica, esculturas etc.)”; e programas educacionais em que grupos de estudantes participariam da “rotina do século XVIII, utilizando o espaço de fortaleza como laboratório vivo de História”.

As ações e atividades propostas no Programa de Turismo Educativo tinham como objetivo contar para os visitantes “toda a história” das fortalezas da Ilha de Santa Catarina, assim como os vídeos, panfletos, fôlderes e livros elaborados pela UFSC. Entretanto, é preciso problematizar esta relação entre história, patrimônio e educação.

Há uma seleção do que seria contado como “toda a história” sobre essas fortalezas: uma “determinada história do Brasil consagrada como História nacional, cuja matriz discursiva foi produzida no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHBG)” (DELGADO, 2008, p. 104) ou, ainda, ao Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC). Trata-se de uma narrativa histórica “referenciada nos fatos políticos, cujos personagens são os chamados ‘grandes homens’” (CAROLA; WOLFF; SILVA, 2011, p. 304), uma história escrita do ponto de vista dos *vencedores*, conforme Walter Benjamin (2012). Alguns dos autores identificados com esta perspectiva são justamente aqueles de maior produção sobre as fortalezas catarinenses, vinculadas aos feitos políticos e militares catarinenses ou brasileiros: Lucas Boiteux, Oswaldo Rodrigues Cabral, Walter Piazza, Evaldo Pauli, Carlos Humberto Corrêa, entre outros.

A esta História, Nilton Mullet Pereira (2017, p. 231) chama de *história maior*, uma narrativa “estrutural, que recobre, em regra, tempos longos e descreve tempos contínuos e sequenciais, excluindo as descontinuidades e as diferentes alternativas que se apresentam a cada momento”; uma narrativa “baseada na descrição de grandes arranjos estruturais e sistêmicos, que conduz a constituição de esquemas explicativos de uma época e de um período determinado”.

A *história maior* se constitui como “parte de um processo complexo de construção de adesões, interpelações e constituições de subjetividades, que excluem e silenciam ao estabelecer parâmetros definitivos ao passado na forma de História”; esta narrativa da *história maior* se revela como história “limpa”, depurada da *desrazão*, do inexplicável, dos acontecimentos que rompem com as lógicas e fazem fendas nas estruturas”. A *história maior* é “progressiva e evolucionista”, e, como tal, podemos identificar como um “produto da colonialidade”; essa história fixa o olhar “apenas numa linha [...] impedindo os desvios, os acontecimentos, as vidas e os corpos de terem um lugar de memória ou fazendo com que seus lugares de memória sejam

negligenciados pelos(as) estudantes”. É uma narrativa que exclui as dinâmicas do cotidiano, do dia-a-dia, do *fazer* e do *saber* (PEREIRA N. M., 2017, p. 229, 233).

É, portanto, uma história impregnada da *colonialidade do saber* e, desta forma, está relacionada à colonialidade do ser, dentro de uma matriz colonial do poder, conforme Walter Mignolo (2010). É possível identificar essa colonialidade quando adota-se como sendo a *História* apenas as narrativas com base nas racionalidades epistêmicas do homem branco europeu (ou europeizado), conhecimentos históricos que são construídos com base nos paradigmas historiográficos eurocentrados, contados pelos memorialistas, cronistas e outros autores vinculados aos lugares de poder legitimados nesta matriz de poder – como por exemplo os Institutos Históricos e as universidades.

Esta “toda a história” não contempla a participação de diversos sujeitos históricos que têm relação com as fortalezas: os soldados que serviam nas fortalezas desde o século XVIII até meados do século XX bem como suas famílias (mulheres e crianças); os africanos e afrodescendentes escravizados, cuja mão-de-obra foi empregada para construção destas fortificações; os indígenas, expulsos de seu território; os moradores das comunidades do entorno destas fortalezas, pescadores, rendeiras e outros ofícios, detentores de um saber-fazer único; os operários que trabalharam nas obras de restauração destas fortalezas e outros. Nesta perspectiva, estes sujeitos não são reconhecidos como *sujeitos históricos*, muito menos como herdeiros legítimos desse patrimônio. As memórias e experiências deles são subalternizadas como estórias, causos ou lendas, ao passo que são reconhecidas como história as memórias e experiências dos oficiais militares e reconhecida a participação do *colonizador açoriano*.

Esta concepção de História está presente nas práticas educativas propostas no Programa de Turismo Educativo para as fortalezas, que reforçam a condição de bens culturais de *pedra e cal* destes monumentos (DELGADO, 2008; FONSECA, 2009). Pereira e Oriá (2012, p. 167) inferem que a esta concepção de patrimônio “vincula-se uma proposição educativa voltada à compreensão do passado histórico (sem, necessariamente, vincular-se ao presente vivido), à heroicização das ações e sujeitos históricos”, bem como “à compreensão do histórico como excepcional, raro e materialmente valioso”, e, assim, conferindo materialidade a uma determinada história como a História da Nação (CHUVA, 2009). O processo de patrimonialização das fortalezas de Anhatomirim, Ratoles e Ponta Grossa articula o conceito de *patrimônio histórico* presente na primeira configuração do campo do patrimônio no Brasil, em detrimento do conceito de *patrimônio cultural*.

De acordo com Pereira e Oriá (2012, p. 166), esta “noção mais abrangente de Patrimônio Cultural”, adotada nas últimas décadas do século XX, no mesmo contexto em que se executava o Projeto *Fortalezas da Ilha de Santa Catarina: 250 anos de História Brasileira*, rompia com a “visão elitista que considerava apenas objeto de preservação cultural as manifestações de classes historicamente dominantes”. A partir da noção de *patrimônio cultural*, passou-se a incorporar “os registros e modos de expressar a cultura de diferentes grupos étnicos e sociais que contribuíram e contribuem para a formação da sociedade brasileira”; ao mesmo tempo, apontava para uma “nova abordagem educativa do patrimônio, convocada pela dinamicidade e processualidade da cultura”. Entretanto, não é possível identificar tal transformação nas práticas educativas voltadas às fortalezas de Anhatomirim, Ratonos e Ponta Grossa, no início da década de 1990.

O Programa de Turismo Educativo não foi plenamente implementado e as ações previstas no documento “Educação e gerenciamento da Fortaleza no sítio histórico de São José da Ponta Grossa” (1991) não saíram do planejamento. Podemos estabelecer, porém, uma relação com as ações que vêm sendo desenvolvidas pela UFSC, hoje: as Exposições Itinerantes sobre o “Sistema Defensivo da Ilha de Santa Catarina”, o projeto *Aprender sobre história também é coisa de criança!*, o projeto *Fortalezas da Ilha de Santa Catarina como campo de ensino, pesquisa e extensão*, o banco de dados mundial sobre fortificações *fortalezas.org*, a parceria com a Escola do Mar e, ainda, os cursos de capacitação para Condutores Culturais e Ambientais para a APA de Anhatomirim (2014 e 2016), listados na página da CFISC.

Hoje, os guias que atuam nas fortalezas não são estudantes da UFSC, são profissionais que já trabalham com o turismo, mas que precisam fazer o curso da UFSC para obterem licença para os guiamentos nas fortalezas. Os turistas ou estudantes de todos os níveis de ensino que visitam as fortalezas catarinenses tuteladas pela UFSC, hoje, escutam uma história semelhante àquela contada pelos guias de turismo no início da década de 1990. Há uma continuidade na gestão das fortalezas catarinenses e nos paradigmas de história, patrimônio e educação mobilizados nas práticas voltadas para com estes bens culturais.

Possibilidades de um diálogo plural e intercultural

Apostamos que é possível as fortalezas de Anhatomirim, Ratonos e Ponta Grossa serem assumidas como espaços de diálogo plural e intercultural, a partir da perspectiva decolonial. Esta perspectiva se constrói a partir de (e na relação entre) diferentes áreas do conhecimento, como a Filosofia, a Sociologia, a Semiótica, a Antropologia, a Educação, perpassando uma

gama de temas e conceitos como questões étnico-raciais, gênero, islamofobia, interculturalidade, migração internacional, política econômica no sistema-mundo, geopolítica do conhecimento, corpo-política do conhecimento, pluriversalidade, pensamento fronteiriço, entre outros.

Átila Tolentino (2018, p. 56) advoga que se faz necessária uma educação patrimonial decolonial, que “parta da diferença e da interculturalidade”, que rompa com os “processos colonialistas em relação ao patrimônio cultural no Brasil” – que é um processo de “dominação sobre as memórias historicamente subalternizadas de grupos e segmentos sociais não hegemônicos ou estigmatizados” – e questione que “os processos de patrimonialização foram e são amplamente influenciados por uma matriz de poder colonialista e pela dominação do sistema capitalista dela decorrente” – ainda que de forma “invisível ou escamoteada”.

Nilton Mullet Pereira (2017) contrapõe à *história maior* a *história menor*, uma narrativa que “se volta para histórias pouco contempladas no movimento longo e lógico das estruturas”, que não se ocupa de “realizar uma longa descrição de um período”, mas sim das “formas de expressividade dos corpos”, isto é, da pluralidade de sujeitos que construíram suas experiências no mundo. A história menor vem na perspectiva da “transformação dessas memórias subterrâneas em narrativa histórica”, de forma que os grupos subalternizados, silenciados e invisibilizados na sociedade “possam se ver pertencendo às salas de aula e às histórias do Brasil e da humanidade, afirmativamente”. Trata-se de assumir outro ponto de vista da história: o ponto de vista dos *vencidos* (BENJAMIN, 2012), dos *subalternizados*, dos homens e mulheres colonizados (PAIM; ARAÚJO, 2018), dos que estão abaixo da *linha abissal* (SANTOS, 2007).

Para Toner (2005, p. 6), o “processo de resgate e revitalização das fortificações catarinenses [...] vem sendo coroado com o trabalho de documentação, sistematização, valorização e divulgação de sua história, empreendido pelo Projeto Fortalezas Multimídia”, que contribuem para a “democratização do acesso ao conhecimento e para a otimização do potencial educacional, cultural e turístico daqueles monumentos históricos” – com o que concordamos, e acrescentamos que, para que haja uma efetiva democratização destes espaços, é necessário que as ações de preservação do patrimônio estejam concatenadas com o reconhecimento e valorização da pluralidade de saberes, histórias e memórias dos diferentes grupos e sujeitos que compõem esta história, seja nas visitas turísticas, nas visitas escolares, ou nas práticas de ensino e extensão com os cursos, departamentos e programas de pós-graduação da UFSC.

Decolonizar o ensino de história possibilita viabilizar outras racionalidades, a partir da pluralidade de saberes, paradigmas, cosmovisões. É preciso transformar as memórias

subterrâneas sobre as fortalezas catarinenses em narrativa histórica, isto é, trazê-las para o texto principal e não as relegar como curiosidades, a partir de um questionamento sobre as ausências, os silenciamentos, os esquecimentos, sobre as histórias não contadas ou subalternizadas como causos, estórias, lendas, mitos. São narrativas que trazem outras expressões, uma história que contempla as diferentes experiências de sujeitos que não os oficiais militares, os governantes ou os opositores do regime, mas os soldados ou marinheiros com suas famílias, os pescadores, as rendeiras, os africanos e afro-brasileiros escravizados, libertos e livres, os guarani que habitavam essas terras antes da chegada dos portugueses e resistiram ao longo dos séculos. Assim, os visitantes terão uma imagem plural da “história e da cultura de nosso povo”.

As belezas naturais da costa catarinense, onde estão as fortalezas de Anhatomirim, Ratonos e Ponta Grossa, podem ser apreciadas para além da dimensão de cartão postal, de deleite estético e sensorial, mas, também, como mote para uma abordagem crítica da sustentabilidade – debate que não deve se restringir às ciências naturais, mas que as ciências humanas também têm espaço, assim como os saberes populares criados e recriados pelas populações que vivem nestas localidades. A *colonialidade da natureza* (WALSH, 2008) pode ser tema de reflexão nas visitas a estes espaços.

É preciso superar uma dada concepção de ensino de História racionalista, factual, linear e conteudista, de modo que as visitas aos espaços de memória como as fortalezas não seja apenas para ilustrar o conteúdo do livro didático ou o que está prescrito no currículo, mas como experiências pedagógicas capazes de mobilizar os diferentes saberes presentes na sociedade, como detonadores de questões a serem problematizadas e trabalhadas, para estimular a construção de conhecimentos outros.

Atividades como teatro, exposições, interpretação são válidas; porém, não devem se limitar ao século XVIII, ou à vida no quartel e o cotidiano militar setecentista. Canhões e mosquetes podem estar ao lado de instrumentos de pesca artesanal ou da renda de bilro, que são *referências culturais* da comunidade do entorno da Fortaleza da Ponta Grossa. É preciso pensar outras visitas às fortalezas nas quais os visitantes possam não contar sobre os prédios, pedras e árvores de cada fortaleza, mas ter uma experiência com os patrimônios e memórias de múltiplos sujeitos/as. É importante que estas fortalezas sejam um espaço para os moradores das comunidades vizinhas, como herdeiros legítimos destes bens culturais patrimonializados. As comunidades poderão usufruir das fortalezas de Anhatomirim, Ratonos e Ponta Grossa em outro contexto didático-pedagógico.

Considerações finais

O Programa de Turismo Educativo desenvolvido na década de 1990 pela UFSC ainda pode ser uma ferramenta para a construção de outro porvir, desde que atualizado com outro paradigma concernente à relação entre patrimônio cultural, história e educação. Há que se apontar, também, que esse Programa era contemporâneo ao Projeto Memória Trans-Formação, desenvolvido pela 11ª Coordenadoria Regional do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC) em Santa Catarina – porém, este projeto tinha outra proposta, voltada para as *referências culturais* da comunidade do entorno da Fortaleza de São José da Ponta Grossa. Embora este outro projeto fuja ao escopo da análise empreendida neste artigo, cabe apontar a sua atualidade para novas práticas educativas voltadas para as fortalezas de Anhatomirim, Ratonos e Ponta Grossa a partir de outras perspectivas de patrimônio, história e educação.

Os desafios da UFSC na elaboração de propostas de uso para as fortalezas sob sua tutela são ainda maiores pelo fato de as fortalezas Anhatomirim e Ratonos integrarem o grupo de 19 fortificações brasileiras candidatas a patrimônio da humanidade. Estes desafios são ainda maiores no atual contexto de execução de um dado projeto político, social e econômico no Brasil, que afeta o campo da cultura e da educação com o desmonte de instituições como o Iphan, o Ibram, instituições de fomento como a Capes e as próprias universidades. Este projeto político em curso no Brasil desde o ano de 2019 é semelhante àquele colocado em curso no Brasil em 1990, no contexto de execução do Projeto *Fortalezas da Ilha de Santa Catarina: 250 anos de História Brasileira*.

Neste íterim, diante dos desafios presentes que remontam aos desafios passados, conclui-se que se faz necessário, como expressou Roberto Tonerá – agente que participou do processo de patrimonialização das fortalezas catarinenses da parte da UFSC e atualmente arquiteto vinculado à Coordenadoria das Fortalezas da Ilha de Santa Catarina – que as fortalezas sejam plenamente assumidas pela UFSC “como um projeto da universidade”: um projeto “não no sentido de um projeto com temporalidade, mas uma proposta da universidade, algo em que ela se orgulhe de há 40 anos estar à frente”, algo que a UFSC “se orgulhe de estar contribuindo com a sociedade há 40 anos através destas fortificações. E que tem que ser muito mais do que está sendo feito hoje”.

Referências

- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11, 2013, p. 89-117.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 8ª ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 2012. (Obras Escolhidas v. 1).
- BRASIL. Ministério da Marinha. Comando do 5º Distrito Naval. Convênio n. 760/002/90, fl 2. Acervo do Iphan (Florianópolis), pasta A9GDP10.
- BRASIL. Ministério da Marinha. Comando do 5º Distrito Naval. Convênio que fazem entre si o Ministério da Marinha, a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan para utilização da Ilha de Anhatomirim, pertencente à Marinha do Brasil e localizada no município de Florianópolis. Florianópolis (SC), em 21 de novembro de 1979.
- CAROLA, Carlos Renato; WOLFF, Cristina Scheibe; SILVA, Janine Gomes. A historiografia de Santa Catarina: olhares sobre os últimos 50 anos. In.: GLEZER, Raquel et al. **Do passado para o futuro**: edição comemorativa dos 50 anos da Anpuh. São Paulo: Contexto, 2011.
- CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória**: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: Editoria UFRJ, 2009.
- DELGADO, Andréa Ferreira. Configurações do campo do patrimônio no Brasil. In: BARRETO, Euder et al (Orgs.). **Patrimônio Cultural & Educação Patrimonial**. Goiânia: Secretaria de Educação, 2008.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009.
- FORTALEZAS da Ilha de Santa Catarina 250 anos na História Brasileira. [s/d]. Acervo do Iphan (Florianópolis), pasta A9GDP2.
- FORTALEZAS da Ilha de Santa Catarina 250 anos na História Brasileira. [s/d]. Acervo do Iphan (Florianópolis), pasta A9GDP2.
- FUNDAÇÃO Banco do Brasil. Convênio de cooperação financeira que, entre si, celebram a Fundação Banco do Brasil e a Universidade Federal de Santa Catarina –UFSC. Disponível em: <http://fortalezas.org/midias/arquivos/2732.pdf>. Acesso em: maio 2019.
- GROSFUGUEL, Ramon. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, 2008, p. 115-147.
- MIGNOLO, Walter. **Desobediência epistêmica**: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2010.
- PAIM, Alison Antonio; ARAÚJO, Helena Maria Marques. Memórias Outras, Patrimônios Outros e Decolonialidades: Contribuições Teórico-metodológicas para o Estudo de História da África e dos Afrodescendentes e de História dos Indígenas no Brasil. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 26, n. 92, 2018.

- PEREIRA, Júnia Sales. ORÍÁ, Ricardo. Desafios teórico-metodológicos da relação Educação e Patrimônio. **RESGATE**, v. 20, n. 23, 2012, p. 161-171.
- PEREIRA, Nilton Mullet. Ensino de História e resistência: notas sobre uma história menor. In.: PAIM, Elison Antonio (Org.). **Patrimônio cultural e escola: entretecendo saberes**. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2017.
- PEREIRA, Pedro Mülbersted. **Entrevista com Roberto Tonerá (UFSC)**. 2020 (2h34m58s). Disponível em: <https://youtu.be/fQ3vkIsCKKg>. Acesso em: 18 dez. 2020.
- PEREIRA, Pedro Mülbersted. **O processo de patrimonialização de fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim: discursos, restauro, usos (1970-1992)**. 1 v. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2016.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos Estudos**, n. 79, 2007.
- SOUZA, Maria de Lourdes de; SARTOR, Vicente Volnei de Bona; RIBAS, Gilka Reinert. Projeto Fortalezas da Ilha de Santa Catarina: desafios e conquistas. **Jornal Universitário**, Universidade Federal de Santa Catarina, dez. 1991.
- TOLENTINO, Átila Bezerra. Educação patrimonial decolonial: perspectivas e entraves nas práticas de patrimonialização federal. **Sillogés**, v. 1, n. 1, 2018.
- TONERA, Roberto (Org). **Fortalezas Multimídia: Anhatomirim e mais centenas de fortificações no Brasil e no mundo**. Florianópolis: UFSC, 2001.
- TONERA, Roberto. O sistema defensivo da Ilha de Santa Catarina – Brasil: Criação, abandono e recuperação. In: **Seminário Regional de Cidades Fortificadas**, 1., 2005, Montevideo. Atas Virtuais, p. 2. Disponível em: <http://tinyurl.com/beaoldg>. Acesso em: nov. 2012.
- ÚLTIMO telegrafista dos 250 anos da Ilha de Anhatomirim. Manoel Domingos tem como o grande desejo voltar a Ilha que hoje está restaurada totalmente pela UFSC. **O Estado**. Florianópolis, 5 ago 1989, p. 28. Acervo do Iphan (Florianópolis), Pasta 81.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Coordenadoria das Fortalezas da Ilha de Santa Catarina**. Disponível em: <http://www.fortalezas.ufsc.br>. Acesso em: 11 mar. 2019.
- UNIVERSIDADE Federal de Santa Catarina. Pró-Reitoria de Cultura e Extensão. Departamento de Apoio e Extensão. Projeto “Fortalezas da Ilha de Santa Catarina: 250 anos de História Brasileira”: Relatório de obras e atividades. Outubro/89 a set/90. [s/d]. Acervo do Iphan (Florianópolis), pasta A9GDP4.
- UNIVERSIDADE Federal de Santa Catarina. Pró-Reitoria de Cultura e Extensão. Departamento de Apoio à Extensão. Divisão de Turismo Educativo. **Educação e gerenciamento da Fortaleza no sítio histórico de São José da Ponta Grossa**. 1991. Disponível em: <http://fortalezas.org/midias/arquivos/3759.pdf>. Acesso em: fev. 2020.
- WALSH, Catherine. Interculturalidad, plurinacionalidad y decolonialidad: las insurgencias político-epistémicas de refundar el Estado. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, p. 131-152, 2008.

Recebido em 04 de fevereiro de 2021 | Aceito em 27 de abril de 2021



Esta obra está licenciada
conforme Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional